



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

1 **ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**
2 **HÍDRICOS – CONERH/SE, REALIZADA EM 18/03/2022**

3 Ata da septuagésima terceira reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
4 CONERH/SE, que ocorreu no dia 18 (dezoito) de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), no
5 Auditório da Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, situado na rua Vila Cristina,
6 1051 – Treze de Julho – Aracaju/SE. Após a verificação do *quórum*, a reunião foi iniciada às 8h59min,
7 com a participação dos Senhores (as) Conselheiros (as): **Representantes do Poder Público Estadual**
8 – o Senhor Ailton Francisco da Rocha, Suplente e Secretário Executivo, representante da
9 Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, da Secretaria de Estado do
10 Desenvolvimento urbano e Sustentabilidade – SERHMA/SEDURBS e Secretário Executivo do
11 CONERH/SE, a Senhora Bárbara Costa Saturnino – representante da Secretaria de Estado do
12 Desenvolvimento Urbano e sustentabilidade, membro suplente; o senhor Dielson Tadeu Barreto Leite
13 representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, membro suplente; o
14 senhor Miguel Manoel do Nascimento – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura,
15 membro titular; **Representantes do Poder Executivo Municipal**, o senhor Samir Souza Felipe –
16 Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, membro suplente; o senhor José Fernando Ávila
17 Soares Sobrinho – Prefeitura Municipal de Indiaroba, membro titular; o senhor Antônio César dos
18 Santos – Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas, membro titular; **Representantes da**
19 **Sociedade Civil**, a senhora Rosa Cecília Lima Santos – Comunidade Quilombola Terra Dura e
20 Coqueiral, membro titular; a senhora Patrícia dos Santos Freitas – Comunidade Quilombola Terra
21 Dura e Coqueiral, membro suplente; a senhora Maria Nogueira Marques – Universidade Tiradentes,
22 membro suplente; **Representantes de Entidades de Classe**, a senhora Helenice Leite Garcia –
23 CREA/SE, membro titular; **Representantes de Usuários**, o senhor José Gabriel Almeida de Campos
24 – Companhia de Abastecimento e Saneamento – DESO, membro titular; **Convidados:** Thaís Eloy
25 Nascimento – SERHMA/SEDURBS; Noemia Alice Nery Lobão Cruz – SERHMA/ SEDURBS;
26 Ubirajara Rodrigues Xavier – SERHMA/ SEDURBS; Wellington de Santana – SERHMA/
27 SEDURBS; Maria Marta Santos Andrade – SERHMA/ SEDURBS; Katiene Bacelar Santana. A
28 reunião foi presidida pelo Senhor Ailton Francisco da Rocha, Secretário Executivo do CONERH/SE,
29 que deu boas vindas a todos e em ato contínuo solicitou a apresentação dos presentes e anunciou a
30 ordem do dia: 1- Abertura e verificação de quórum; 2 – Apreciação e aprovação da Ata da 72ª Reunião
31 Ordinária; 3 - Apreciação e aprovação da RESOLUÇÃO CONERH N° 53/2022 que Aprova o
32 Relatório PROGESTÃO 2021 - 2º Ciclo - 5º Período de Certificação e os respectivos FORMULÁRIO
33 DE AUTOAVALIAÇÃO 2021 e FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO 2021, com o
34 cumprimento das METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO
35 ESTADUAL contemplando as Variáveis de Gestão (Anexo IV) e as Metas de Investimentos (Anexo
36 V), no âmbito do Sistema Estadual do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das
37 Águas - PROGESTÃO/2º ciclo/2021; 4 – Apreciação e aprovação da RESOLUÇÃO CONERH N°
38 54/2022 que dispõe sobre a Regulamentação da Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos e dá
39 outras providências; 5 – O que ocorrer. Primeiramente, o senhor Ailton fez uma ressalva sobre a
40 convocatória que repetiu a numeração 3 e que este ponto será esclarecido em mais detalhes. Sobre o
41 item 4, informou que Ubirajara Xavier fará uma apresentação da proposta durante a reunião. Citou
42 ainda sobre uma comissão do CONERH (para acompanhamento do PROGESTÃO e
43 PROCOMITÊS), da qual alguns dos integrantes não compõem mais o Conselho atualmente. Explicou
44 ainda sobre o ponto que foi o gargalo da pontuação do PROGESTÃO no ano anterior, referente ao
45 monitoramento de eventos extremos porque as estações que temos têm que ter manutenção, mas não
46 tem conseguido viabilizar com celeridade a solução dessa problemática para gerar os dados



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

47 necessários, a pontuação foi de 97,5%. Posto isso, a conselheira Maria Nogueira Marques ressaltou
48 que não estava presente reunião anterior do Conselho e, portanto, tinha dúvidas quanto à sua
49 aprovação da ata. O senhor Ailton Rocha questionou se ela estava de acordo com o conteúdo
50 apresentado, e então, a mesma afirmou que sim. Após este esclarecimento, a ata foi aprovada por
51 unanimidade, sem abstenções, sem reprovações. No que se refere ao item 2 da pauta, o senhor Ailton
52 Rocha fez a apresentação do relatório do PROGESTÃO de maneira dinâmica e com apresentação dos
53 anexos, relatando cada tópico de acordo com as metas do Programa. Sobre a meta 1.1, Integração dos
54 dados de usuários de recursos hídricos, o senhor Ailton Rocha explicou sobre o CNARH
55 (resumidamente o que é, o que compõe), mencionou que todas as outorgas emitidas foram inseridas
56 no CNARH, e ressaltou que a pandemia trouxe o fato de que os processos de outorga estão todos
57 sendo feitos de forma on-line, com muito mais facilidade. A professora Helenice, membra do
58 Conselho, destacou uma anotação diferente sobre o CNARH que em um local estava escrito CNARH,
59 e em outro CNARH40, ao que Ailton explicou que era apenas uma questão de mencionar uma
60 atualização do sistema de cadastro. E citou os 4 anexos, assim como procedeu referente às águas
61 subterrâneas. Já sobre a meta 1.2, Capacitação, ressaltou sua elevada importância e relevância dos
62 cursos oferecidos, ao que o conselheiro Miguel questionou sobre a parte prática e ele foi informado
63 que no período da pandemia, visitas técnicas e outras demandas foram suspensas, tendo acontecido
64 apenas evento e cursos virtuais e esse ano, terá ênfase a prática. A professora Maria Nogueira destacou
65 o fato que a ANA oferta cursos on-line importantes para todos, e o senhor Ailton ainda salientou que
66 os certificados devem ser encaminhados para Thaís, coordenadora da capacitação do PROGESTÃO,
67 não somente do que está planejado, mas todos os cursos feitos pelos membros que os auxiliam na
68 execução de suas atividades dentro do sistema. Nesta meta, 5 anexos estão postos para comprovação.
69 O senhor Ailton Rocha explicou sobre o procedimento de encaminhamento de análise do órgão gestor
70 e que em caso de reprovação da ANA, há a possibilidade de contestação num determinado prazo, se
71 assim, a equipe do órgão gestor compreender. Sobre a Meta 1.3, Contribuição para difusão do
72 conhecimento, o senhor Ailton destacou que é importante para elaboração do relatório da ANA sobre
73 a conjuntura de recursos hídricos no Brasil, elaborado anualmente e bastante robusto, e que é a base
74 para o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Passando à meta 1.4, Eventos Críticos, o senhor Ailton
75 Rocha mencionou as dificuldades em atingir a pontuação máxima, uma vez que existem problemas
76 com as estações de monitoramento, como falta de peças, as quais estão em fase de reposição, e ações
77 de vandalismo. Exatamente por estas razões, o estado justifica a falta de informações geradas e a
78 ANA aceita, já que os esforços estão sendo feitos. O senhor Miguel perguntou sobre o 0% apresentado
79 no município de São Cristóvão, conforme tabela constante no relatório, e o senhor Ailton Rocha
80 justificou pelo fato de que as informações não chegam ao órgão em função da falta de peça ou
81 comprometimento por vandalismo. A senhora Maria Nogueira perguntou o que significava as letras
82 P e F constantes na tabela, e que estavam sem legendas, ao que o senhor Ailton não soube responder
83 e ficou de esclarecer posteriormente. Diante disso, ela sugeriu um acréscimo de nota de rodapé, ao
84 que o senhor Ailton justificou que por se tratar de um relatório padrão da ANA, talvez não tenha, por
85 conta exatamente desse padrão. O senhor Ailton Rocha mencionou ainda que as visitas feitas são
86 informadas através de aplicativo que envia as informações automaticamente, do local da visita. O que
87 reforça o esforço do estado em estar monitorando e tentando solucionar o problema. Dentro dessa
88 meta há a questão da Segurança de Barragens, que por sua vez o senhor Ailton mencionou o
89 monitoramento que vem sendo feito e os boletins que são enviados quinzenalmente, além de citar
90 instalação de réguas, no que se refere à segurança da própria barragem, além da segurança hídrica.
91 Citou a relevância desse monitoramento para a definição de ações e estratégias em casos de
92 constatação de escassez e ações de fiscalização. Mencionou o projeto desenvolvido pelo bolsista
93 contratado através de edital da FAPITEC e que foi um trabalho muito valorizado, por ter apresentado



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

94 um fluxograma de ações em casos de eventos críticos, o que possibilitou a atualização do manual da
95 sala de situação. A produção de boletins diários, também foi destacada e apresentada. Esta meta foi
96 atendida em praticamente tudo, com exceção do repasse das informações que dependem dos
97 instrumentos e que no ano anterior foi justificado, e esse ano assim também o será. No que se refere
98 à meta 1.5, Segurança de Barragens, Sergipe, é inclusive destaque em boas práticas nesse quesito.
99 Foram apresentados os critérios e o senhor Ailton Rocha reforçou o empenho da equipe em manter
100 as informações atualizadas e desempenhar as demais tarefas necessárias para esse quesito. O senhor
101 Miguel questionou o total de barragens no estado e o senhor Ailton mencionou que são centenas, mas
102 que nessas análises há critérios de inclusão que se referem à altura do talude e volume de água para
103 que se enquadrem e sejam contempladas nesse monitoramento. O senhor Miguel questionou ainda
104 sobre a qualidade da água nessas barragens e foi respondido que nesse caso é direcionado à segurança
105 física da barragem. Dentro dos 8 critérios, normalmente se atinge 100% da meta. Sobre a Aplicação
106 dos Recursos Financeiros, o senhor Ailton informou que o senhor Wellington é o responsável por
107 acompanhar, e a planilha apresentada é padrão da ANA e nela são acrescidos todos os comprovantes
108 financeiros digitalizados. Foi mencionado que o dinheiro gasto, em relação ao que foi repassado, tem
109 uma diferença significativa que demonstra que foi gasto menos de 50% do total, mas que há
110 justificativas para isso, como os trâmites de solicitações de compras, aquisições para o desempenho
111 das funções e execução de tarefas, e que estão ainda em trâmite, devendo o dinheiro ser gasto neste
112 ano. No entanto, é muito importante citar que todos os gastos estão rigorosamente comprovados.
113 Além disso, os gastos efetuados têm aderência ao Plano Plurianual do PROGESTÃO, o que está
114 comprovado. Ainda foi citado tanto pelo senhor Ailton Rocha como pelo senhor Wellington Santana,
115 que a cada ano é repassado pela ANA R\$ 750.000,00, com contrapartida do estado. Outro tópico é o
116 Fator de Redução, que não é meta, mas se o estado não apresentar ele é penalizado. O Fator de
117 Redução foi apresentado pelo senhor Ailton Rocha, que informou que se trata de equipamentos
118 doados pela ANA que se encontram na SERHMA, ADEMA e ITPS e para tanto, a ANA deve ser
119 informada anualmente sobre as condições de cada equipamento. Há também a apresentação do
120 Relatório de Gestão que deve ser feita na ALESE, e que foi realizada no dia 14 de dezembro de 2021,
121 apresentando ata da reunião plenária na qual foi feita a apresentação, sendo o conteúdo da
122 apresentação o percentual de desembolso efetuado com relação ao saldo acumulado. Importante citar
123 que no caso da contrapartida de R\$250.000,00 em ações elegíveis para o PROGESTÃO do estado, a
124 ANA cobre esse valor com mais R\$250.000,00, totalizando até R\$ 1.000.000,00 por ano. Nesse
125 sentido, ainda que haja um repasse de valor maior que R\$ 250.000,00 do estado, este é o limite da
126 ANA e de acordo com o percentual de metas atingidas. Informou ainda que essa prestação de contas
127 está na página da SEDURBS. O senhor Ailton apresentou a organização dos anexos para cada meta.
128 A partir daí foi apresentado o formulário de autoavaliação, que o senhor Ailton considera de grande
129 relevância para o desenvolvimento e acompanhamento das atividades e metas. Neste formulário, o
130 estado faz uma análise de como está em relação a cada meta, mas isto não necessariamente impacta
131 no repasse do dinheiro, mas faz o estado refletir sobre a sua condição atual diante das suas atribuições
132 e atividades desenvolvidas. Houve uma breve interrupção para esclarecer o questionamento feito pela
133 professora Maria Nogueira acerca do significado das letras P e F encontradas na tabela do relatório,
134 sobre eventos críticos, em que P significa pluviométrico e F fluviométrico. Dando prosseguimento, o
135 senhor Ailton exemplificou como se dá a classificação do estado para cada variável de cada meta,
136 demonstrando os tópicos apresentados. Mencionou a questão dos CBH's sobre o fato de que há bacias
137 que não têm comitês constituídos, para o qual se deve formalizar a solicitação para essa criação, e
138 para algumas dessas bacias, já se têm informações relevantes para sua constituição. A professora
139 Maria Nogueira perguntou se os comitês das bacias costeiras não poderiam estar associados aos
140 CBH's já existentes, ao que o senhor Ailton respondeu que isso será decidido pelo CONERH. Sobre



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

141 a Agência de Águas, por exemplo, nós não temos, e o foi informado que a equipe já foi orientada a
142 mobilizar os CBH's para investigar, e verificar possibilidades. O senhor Ailton destacou que em
143 linhas gerais, o estado está em nível intermediário. No que se refere ao cadastro de usuários, a
144 dificuldade é que apenas estão cadastrados quem procura o estado e por isso o nível intermediário
145 nesse quesito. Sobre o sistema de suporte à decisão, o estado precisa melhorar, pois está nos níveis
146 iniciais por conta dos pontos da rede nacional de monitoramento e, diante da complexidade do sistema
147 para o atendimento à rede, já houve tentativa de convênio com CPRM e agora terá que ser contratada
148 uma empresa. No que tange à temática da Cobrança, a mesma está no nível 2, pois ainda há uma
149 análise política. Finalizada a apresentação do relatório de autoavaliação, o senhor Ailton Rocha
150 mencionou que o que nos faz atingir níveis mais altos é ser uma agência de água, instalar os demais
151 comitês, implantar/ implementar a cobrança de água, aprimorar a rede de monitoramento, entre outros
152 pontos. Hoje, em uma avaliação nacional, estaríamos enquanto estado, de bom a muito bom. O senhor
153 Miguel questionou sobre a possibilidade de transformar a SRH em uma autarquia, por ser uma
154 superintendência tão importante, ao que o senhor Ailton respondeu que estudos já foram feitos, mas
155 que essa é uma decisão política. Antes de passar para o formulário de autodeclaração, o senhor Ailton
156 mencionou os três departamentos que compõem a superintendência e convidou os conselheiros a se
157 aproximarem mais da superintendência, conhecer melhor, sugerir e promoverem melhoras na
158 governança. Prosseguindo para o formulário, o senhor Ailton informou que se trata de um relatório
159 mais simples que o anterior, destacando para cada variável, o quanto foi gasto pelo estado com recurso
160 próprio: organização institucional do sistema de gestão – contratação de empresa para elaborar o
161 plano de segurança de barragem (entre os órgãos envolvidos, a DESO, a SEDURBS, outros);
162 comunicação social – pagamento da contratação de TI para o desenvolvimento do produto (portal de
163 recursos hídricos, portal de meio ambiente); planejamento estratégico – não houve gasto; outorga,
164 fiscalização, não houve gastos pelo estado. Finalizando com o total gasto pelo estado, e informando
165 que o estado tem a comprovação de todo o gasto e nesse caso, demonstrando que nesse ano
166 ultrapassou os R\$250.000,00 mencionados anteriormente. Feitas as explicações, foi feita a leitura da
167 minuta da resolução, objeto de apreciação pelos membros, sobre a aprovação dos relatórios
168 apresentados. Feita a leitura, foi colocada para a aprovação da resolução do CONERH número
169 53/2022, foi aprovada por unanimidade, sem abstenções, sem ressalvas. Passando para o próximo
170 item de pauta, sobre a resolução do CONERH número 54/ 2022, para a qual foi convidado o senhor
171 Ubirajara Xavier para apresentar e prestar os devidos esclarecimentos. O senhor Ubirajara Xavier
172 explicou que o objetivo desta resolução é regulamentar as ações de fiscalização da equipe SERHMA/
173 SEDURBS. Assim, procedeu-se à leitura do Art. 6º Parágrafo único, que trata de anexos que não
174 estão de fato inclusos neste documento, e deverá ser excluído o que foi justificado por ele e solicitada
175 a análise e exclusão. Foi pedido esclarecimento sobre o Art. 10 em que aborda sobre a diferença entre
176 notificação – empreendedores que têm a outorga e que precisam de alguma correção –, informação
177 mensal sobre a vazão e deixou de informar, e auto de infração – quando não cumpre algo já
178 estabelecido em termos de penalidades. Foi questionado se mudar um equipamento não estaria
179 vinculado ao fato de cometer uma fraude, ao que o senhor Ubirajara Xavier explicou que pode haver
180 um problema no equipamento e por isso, houve a troca do equipamento, mas não necessariamente
181 houve fraude, ressaltando a importância de que o órgão gestor deve ser informado. Nesse caso, mudar
182 o equipamento é considerado infração leve, e fraudar, infração grave. Ao finalizar a leitura, algumas
183 correções ortográficas foram solicitadas pela professora Helenice, e a professora Maria Nogueira
184 questionou o porquê de gravíssimo ter multa sem embargo provisório e em casos graves tem-se o
185 embargo, ao que o senhor Ubirajara Xavier explicou que depende da ação, tentando adequar a punição
186 cabível de acordo com o dano possível causado. No caso do uso de recursos hídricos sem outorga, foi
187 indagado pela professora Helenice o porquê da advertência, e não somente a aplicação da multa, ao



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

188 que foi respondido que a advertência de que ele está causando danos e o mesmo deve se adequar. Ao
189 que ela retrucou por entender que na infração leve ele pode ser advertido, mas na grave, ele já saberia,
190 mas foi esclarecido que o papel principal é de educar, orientar, para posteriormente fazer uso de outras
191 ações. O senhor Samir registrou a relevância deste documento pela definição do papel dos atores do
192 sistema dentro das suas práticas, competências do CONERH, ao que foi reforçado pelo senhor
193 Ubirajara sobre a função dessa resolução de assegurar as ações. A resolução foi aprovada por
194 unanimidade, sem abstenções, nem ressalvas. No tópico “O que ocorrer”, foi tratada a resolução
195 51/2021, que se refere a um grupo de trabalho de acompanhamento do PROGESTÃO e
196 PROCOMITÊS, uma vez que o senhor Edson, por exemplo, não representa. O senhor Ailton
197 perguntou se esse grupo ainda deve existir pois caso optem por não existir, a mesma será extinta.
198 Caso optem por dar continuidade, foi colocada qual será a nova composição. Dessa forma, após
199 aprovação unânime, sem abstenção e sem votos contrários, foi acordado que haverá a manutenção,
200 com a atualização dos nomes. O senhor Samir opinou sobre a escolha, solicitando que fosse deixado
201 para depois, uma vez que alguns membros que estavam presentes, haviam saído antes deste item na
202 pauta “O que ocorrer”, o que também foi acatado. Não havendo mais nada a tratar, às doze horas e
203 trinta minutos, o Senhor Ailton Francisco da Rocha deu por encerrada a reunião, agradeceu a
204 participação e contribuição dos Senhores Conselheiros e, eu, Ailton Francisco da Rocha – Secretário
205 Executivo, lavrei a presente Ata, firmada por mim e pelos demais membros do CONERH/SE.
206

207

208

BÁRBARA COSTA SATURNINO

Membra Suplente, representante da SEDURBS

210

211

212

DIELSON TADEU BARRETO LEITE

Membro Suplente, representante da SEAGRI

214

215

216

MIGUEL MANOEL DO NASCIMENTO

Membro Titular, representante da SEDUC

218

219

220

SAMIR SOUZA FELIPE

Membro Suplente, representante da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro

222

223

224

225



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro

226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261

JOSÉ FERNANDO ÁVILA SOARES SOBRINHO

Membro Titular, representante da Prefeitura Municipal de Indiaroba

ANTÔNIO CÉSAR DOS SANTOS

Membro Titular, representante da Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas

ROSA CECÍLIA LIMA SANTOS

Membra Titular, representante da Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral

PATRÍCIA DOS SANTOS FREITAS

Membra Suplente, representante da Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral

MARIA NOGUEIRA MARQUES

Membra Suplente, representante da Universidade Tiradentes

HELENICE LEITE GARCIA

Membra Titular, representante do CREA/SE

JOSÉ GABRIEL ALMEIDA DE CAMPOS

Membro Titular, representante da DESO

AILTON FRANCISCO DA ROCHA

Secretário Executivo

Membro Suplente, representando SERHMA/SEDURBS